

Defenda o Bem Comum Global

Vol. 2
No. 1
Janeiro 2003

Água é Vida! Água Segura e Acessível é um Direito Humano!

Relatórios de Organizações de Todo o Mundo em Defesa da Água como um recurso comum

Leia sobre.....

<i>Argentina exige a saída da Suez!</i>	1
<i>Internacional: A estrada para Cancun</i>	3
<i>Estados Unidos: Guerras de Água</i>	4
<i>Uruguai: A declaração de Água</i>	7
<i>Bolívia: Solidariedade Internacional</i>	8
<i>África do Sul: A Repressão</i>	9
<i>Brasil: Unidos, não Divididos</i>	10
<i>Internacional: Fórum Mundial da Água</i>	10
<i>Internacional: Parem a ALCA e a NAFTA</i>	11
<i>Bolívia: Os Ataques da Bechtel</i>	12
<i>Canadá: Os Ativistas da Água se Organizam</i>	14
<i>Nicarágua: Empresas para Corporações Multinacionais</i>	15
<i>Nicarágua: FMI Pisoteia Lei da Nicarágua</i>	16

Plebiscito em Santa Fé, Argentina, exige a saída da Suez!!

Assembléia Provincial sobre Direito à Água: Declaração da 2ª Conferência

A Assembléia Provincial sobre o Direito à Água reuniu-se no sábado, 2 de novembro, na cidade de Rosário, com representantes oriundos de diferentes localidades afetadas pela privatização da Águas Provinciais de Santa Fé S.A. (APSF S.A.) para declarar o seguinte:

Considerando que nas últimas décadas a humanidade vem se dando conta de que a água potável é um recurso escasso, seriamente afetado por uso indiscriminado, por desperdício e poluição, pelos quais os países industrializados devem ser especialmente responsabilizados;

Considerando que a América Latina possui formidáveis recursos hídricos em função da pequena ocupação populacional, identificando-a para as companhias transnacionais de água como uma zona especialmente lucrativa não apenas para a exploração de serviços de água mas também para futuras exportações de água;

Considerando que a administração das empresas de abastecimento de água e de saneamento no nosso país passaram da esfera municipal à nacional durante o século 20, apenas para possibilitar sua descentralização durante o período de ditadura militar e acabarem sendo privatizadas durante a década de 90;

Considerando que o Banco Mundial, o FMI e a OMC apoiam a privatização dos serviços de água e saneamento, sendo que apenas 5% aproximadamente da população mundial conta com esses serviços privatizados, especialmente em países em desenvolvimento, enquanto que na América do Norte, na Europa e no Japão a maioria dos consumidores recebe esses serviços de empresas públicas;

Considerando que a venda a empresas privadas transnacionais não resolveu o problema da qualidade do serviço ou do produto, ou o problema da falta de acesso universal ou da necessidade de ampliação da rede conforme prometido nos



Votando pelo Plebiscito.

contratos, ou o problema da necessidade de recuperação de redes antigas ou das reduções de tarifas prometidas, conforme evidenciam os valores maiores das contas e de novas ligações de todos os consumidores dos serviços privatizados;

Considerando que a Águas Provinciais de Santa Fé S.A. (APSF S.A.), subsidiária da Suez Lyonnaise des Eaux, atualmente conhecida como Ondeo-Suez, com um mercado cativo de usuários, sem pagamento de quaisquer impostos e com um contrato favorável aos seus interesses continua com a política de não cumprimento do contrato através de constantes renegociações, vem aumentando nossas contas de água, sobre-taxando os consumidores, cobrando inflacionadas taxas de juros, cortando seus serviços a aposentados, desempregados e até mesmo escolas, e vem sistematicamente quebrando obrigações contratuais relativas a aumentar a pressão da água, a ampliar a rede de esgotos, a melhorar a qualidade da água, instalar medidores, novos poços e melhores encanamentos, etc;

Considerando que durante os sete anos de privatização houve conflitos nas 15 cidades onde os serviços são oferecidos pela APSF S.A. por causa dos altos índices de toxicidade, altas taxas de infra-estrutura, injustificáveis custos para o tratamento de efluentes, inundações, taxas inflacionadas de juros, cortes no abastecimento, reduções de serviços, serviços mal feitos ou incompletos, conflitos a respeito de planos de pagamento, falta de responsabilidade perante os consumidores e as autoridades municipais, atraso na solução de causas sociais, aumentos de tarifas, disputas legais e confiscos de propriedade;

Considerando que durante 7 dias, de 25 de setembro a 1º de outubro foi realizado um plebiscito provincial referente ao direito à água, uma experiência sem precedentes de participação popular com urnas colocadas em 1.000 locais diferentes e 7.000 voluntários em diferentes áreas de 15 cidades, membros de organizações locais, assembleias comunitárias, pequenas empresas, escolas,

sindicatos, associações de consumidores, ecologistas, professores, alunos, partidos políticos, centros comunitários, centros de aposentados e de direitos humanos;

Considerando que foram obtidos 255.463 votos a favor da proposta de rescindir o contrato por repetidas instâncias de não cumprimento por parte da empresa de serviços de água, e de dar início a um novo modelo de administração pública e social com participação popular, a favor da água como um bem comum e um direito do ser humano, e contra o desperdício e a poluição da bacia hídrica. Participaram da votação 256.236 cidadãos, 21% do eleitorado qualificado e 42% dos consumidores que pagam contas dos serviços de água.

Considerando o que foi citado acima, a Assembléia Provincial pelo Direito à Água decide:

≡ Denunciar o acordo assinado pela APSA S.A. e o governo provincial em 29 de outubro de 2002 o qual persiste em isentar o não cumprimento do contrato por parte da companhia de água.

≡ Continuar com a campanha maciça de informar e educar as pessoas e as instituições, especialmente as escolas, em conjunto com as lideranças do sindicato, AMSAFE.

≡ Continuar o trabalho da Comissão Legal e Técnica que está agendado para se reunir no final de novembro com profissionais de cada província para assumir as seguintes tarefas temáticas:

Uma descrição técnica detalhada do não cumprimento da companhia.

A inconstitucionalidade dos Artigos das Leis 11.220 e 11.665.

Recursos legais para impor a cláusula que anula o contrato em virtude do seu não cumprimento.

Maiores contatos com universidades e cooperativas do setor.

≡ Repudiar o absoluto silêncio de algumas das maiores empresas da mídia com relação ao plebiscito - em contraste com a atitude de jornalistas e da mídia alternativa.

Comitê Editorial

Patrick Bond
Municipal Services Project
E-mail pbond@wn.apc.org
Web www.queensu.ca/msp

Karen Cocq
Polaris Institute
E-mail polarisinstitute@on.aibn.com
Web www.polarisinstitute.org

Cameron Duncan
Public Services International
E-mail psiamericas@igc.org
Web www.psi.org

Sara Grusky
Grupo Internacional de Trabalho pela Água
Public Citizen
E-mail sgrusky@citizen.org
Web www.citizen.org/cmep/water

Jamie Dunn
Blue Planet Project, Council of Canadians
E-mail jdunn@canadians.org
Web www.canadians.org

Thomas Kruse
Centro de Estudios para el Desarrollo
Laboral y Agrario (CEDLA)
E-mail tkruse@albatros.ocnb.net

Sylvie Paquerot
World Water Contract
E-mail paquerot@caoba.entelnet.bo

Glenn Switkes
International Rivers Network
E-mail glenns@superig.com.br
Web www.irn.org

Dieter Wartchow
Companhia Riograndense de Saneamento
(CORSAN)
E-mail sabrimello@yahoo.com.br
Web www.corsan.com.br

- ≡ Planejar uma campanha de boicote à companhia:
 - Cartazes, banners e panfletos em cada bairro e cidade;
 - Avaliação de alternativas de uma campanha de boicote ao pagamento das contas;
 - Cobrir a porta da casa do governador e dos escritórios da APSF S.A. com os votos do plebiscito;
 - Organizar balcões de informações na frente da APSF S.A. em cada cidade.
- ≡ Agradecer a todas as organizações e os indivíduos, nacionais e internacionais, que apoiaram o plebiscito e exigem que o Governador Carlos Alberto Reutemann respeite os resultados do mesmo.
- ≡ Aperfeiçoar as comunicações internas e externas da Assembléia Provincial sobre o Direito à Água, inclusive a rede de comunicação dentro da província, um sistema de armazenamento de todos os dados da mídia na província, a publicação de um boletim mensal, tanto impresso como eletrônico, uma página na web e um local exclusivo para guardar documentos legais e técnicos.

Para maiores informações, entre em contato com: assembleaporagua@yahoo.com.ar, taller@cyberia.net.ar ou rios.proteger@arnet.com.ar

Fique Ligado - GRÁTIS!
Assine
Defenda o Bem Comum Global
 e-mail cmep@citizen.org

Pegando a Estrada Errada para Cancun

por Ruth Caplan
 Alliance for Democracy

No início houve uma proposta para transportar geleiras do Alasca para a Arábia Saudita. Agora Ric Davidge, da Alaska Water Exports, quer remover água tirada de rios que correm entre sequóias gigantes até a costa da Califórnia, em sacos de água do tamanho de dois ou três campos de futebol. Nunca mencionada antes, a idéia de transportar água até bem longe está crescendo em popularidade entre corporações que esperam lucrar com a escassez de água.

Quando água comprada e vendida atravessa fronteiras, ela é tratada como mercadoria tendo fins comerciais, e se encaixa no Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (General Agreement on Trade and Tariffs - GATT), datado de 1947 e agora parte de acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC)

O Artigo XI do GATT proíbe a maioria das restrições quantitativas com relação à importação ou exportação de mercadorias, inclusive a água, entre os países participantes. Isso representa uma dádiva para as corporações que exportam água, mas um pesadelo para os governos que tentam proteger seus recursos hídricos da exploração. Enquanto o GATT abre uma exceção para a conservação de "recursos naturais esgotáveis", a maior parte dos recursos hídricos são categorizados como renováveis e não como esgotáveis.

Presente na metade da África, a empresa Suez Lyonnaise des Eaux está instalando medidores pré-pagos de água no Distrito de Orange Farm, na África do Sul, enquanto que em Gana os que venceram as licitações para

Caros Amigos....

Esta edição da Defenda o Bem Comum Global foi escrita na véspera do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, Brasil, onde os partidários da justiça social e ambiental se reúnem para aclamar pontos de vista alternativos e mais uma vez confirmar que "Um Outro Mundo é Possível". Que melhor ocasião do que esta para lançar uma publicação com artigos de organizações de diferentes partes do mundo que estão lutando para recuperar o nosso mais precioso recurso: a água. Mas o Fórum Social Mundial é mais do que isso - é o momento de saudar os pontos de vista de pessoas comuns.

Enquanto Porto Alegre vai enfocar as alternativas da maneira como elas são definidas pelas pessoas, nos primeiros meses de 2003 também acontecerá o Fórum Mundial da Água em Kioto, no Japão, com pessoas se encontrando para "agir". O

Fórum Mundial da Água é controlado pelo setor corporativo e instituições financeiras internacionais que saqueiam as pessoas no hemisfério sul. Nós precisamos enfrentar este assim chamado "consenso" do Fórum Mundial da Água e mostrar que não apoiamos a agenda corporativa de privatização e recuperação de custos. Precisamos mostrar a esses líderes que existe consenso no Fórum Social Mundial em Porto Alegre para a não imposição de controle corporativo em Kioto.

Leia mais sobre o Fórum Mundial da Água no artigo "Desafiando o Fórum Mundial da Água", nesta publicação

Maj Fiil-Flynn
 Campanha da Água para Todos
 Comissão Editorial

administrar o sistema de águas urbanas irão se beneficiar com os juros de 1% dos empréstimos conseguidos com altos subsídios do Banco Mundial. Esse tipo de fornecimento de água para mercados selecionados também é muito lucrativo para as empresas.

GATS: Uma curva errada na estrada para Cancun

A União Européia (UE) abriga as maiores corporações transnacionais que fornecem serviços de água e esgoto. Assim, não nos surpreendemos que ela queira garantir que Vivendi e Suez na França, RWE e AquaMundo na Alemanha, e Thames Water e Biwater na Grã Bretanha se beneficiem do Acordo Geral para o Comércio de Serviços (General Agreement on Trade in Services - GATS). No início assinado como um acordo da OMC em 1994, o GATS cobre investimentos estrangeiros que forneçam algum serviço em outros países membros. O GATS é impar entre acordos comerciais uma vez que os países podem decidir quais dos seus serviços eles querem que sejam protegidos por tratamento nacional e legislação de acesso de mercado.

A UE está tirando vantagem de negociações secretas bilaterais entre os países que fazem parte da OMC para pressionar os países de forma que incluam serviços de água nas suas tratativas com o GATS. Em primeiro lugar, eles fizeram um lobby com o Conselho para o Comércio de Serviços da OMC para incluir a coleta, o tratamento e a distribuição de água como serviço ambiental no GATS. Os Estados Unidos optaram por não se manifestar e simplesmente deixar acontecer. Como resultado, documentos que vazaram comprovam que a UE está solicitando que os países membros da OMC abram seus serviços de água e esgotos para a concorrência de fornecedores estrangeiros desses serviços. Esse passo vai tornar praticamente impossível reverter o processo de privatização da água.

Na formatação dessas solicitações, a UE manteve extensa correspondência com Thames, AquaMundo, Vivendi e Suez, entre maio e julho de 2002, perguntando sobre quaisquer regulamentações que poderiam causar um impacto negativo nas suas negociações - de acordo com cartas que chegaram às mãos da pesquisadora Ellen Gould, do GATS do Canadá.

OMC: Novas questões

Conseqüentemente, quais outros ganhos podem os especuladores da água esperar da próxima reunião com representantes da OMC a se realizar em Cancun, no México, em setembro de 2003? A questão de novos acordos para investimentos e concorrências vai estar na pauta da reunião apesar das fortes objeções apresentadas por países em desenvolvimento já antes da última reunião da OMC em Doha. Tais acordos, fortemente apoiados pela UE, dariam às empresas que fornecem serviços de água e esgoto até mesmo mais direitos do que aqueles intermedia-

dos pelo GATT e o GATS.

Um acordo de investimento retiraria as restrições sobre a maneira de operar nos países estrangeiros, e possivelmente exigiria também uma compensação pelas normas que diminuem o poder de lucro dessas empresas, um dispositivo que pode ser encontrado no Acordo de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA. Tais proteções ao investimento beneficiariam também aquelas empresas que investem em terras a fim de extrair água da fonte para ser engarrafada. Mais uma vez, uma das maiores interessadas é a Perrier, subsidiada pela Nestlé, que pertence à UE.

Um dos acordos de concorrência que seguisse as diretrizes da UE protegeria os direitos de empresas transnacionais, e não os de pequenas empresas em países em desenvolvimento, proibindo quaisquer políticas nacionais ou locais que apoiassem pequenas empresas. Outra vez, os beneficiados seriam a RWE, a BiWater, a Nestlé, a Suez e a Vivendi.

Resumindo, a OMC está rumando para Cancun pela estrada errada. Se as negociações sobre água e novas questões do GATS seguirem adiante, estará seriamente ameaçada a possibilidade da população de manter água como um direito humano de domínio público.

Para maiores informações, visite:

www.thealliancefordemocracy/globalization e/ou entre em contato com: rcaplan@igc.org.

Guerras de água nos Grandes Lagos

por **Holly Wren Spaulding**

Sweet Water Alliance, Michigan, Estados Unidos

Michigan, EUA. Está crescendo a resistência contra o mais recente empreendimento especulador da Nestlé: água engarrafada. Aqui, na bacia dos Grandes Lagos, o maior comerciante de alimentos do mundo está se organizando para transformar em capital o manancial de água doce de superfície e subterrânea do Estado.

Escassez, poluição e falta de infraestrutura em todo o



O poster diz: O Sabor do Roubo. Foto de Eartha Melzer/Sweetwater Alliance

mundo significa que mais do que um bilhão de pessoas não têm acesso adequado à água potável. Cresce o pânico em função da diminuição de reservas aquíferas no globo em detrimento da saúde pública, da agricultura e de outras necessidades básicas.

A água engarrafada da Nestlé, porém, não é para aqueles necessitados. "Ice Mountain" é apenas uma das 68 marcas de água engarrafada sendo comercializadas internacionalmente, nesse caso, para uma geração de consumidores que cresceu desconfiando da água da torneira. Embora haja preocupação com relação a aspectos ambientais e éticos devido à extração maciça de água, o engarrafamento dela é uma das indústrias menos regulamentadas e com frequência a qualidade dela não é nem um pouco mais garantida do que a da água da torneira.

Noventa por cento do equivalente a US\$22 bilhões de água que é comercializada por ano vem em garrafas de plástico não reciclável, exacerbando ainda mais a poluição das nossas bacias hidrográficas. Os componentes dessas garrafas aparentemente cristalinas são igualmente questionáveis. De acordo com o Conselho de Defesa dos Recursos Naturais nos EUA, testes efetuados com 103 marcas de água engarrafada revelaram alta incidência de contaminação, inclusive com E.coli, bactérias e arsênico.

Na medida em que a população de Michigan percebe que nós estamos rodeados por 20% da água doce da terra, as empresas começam a fazer prospecções como se fosse petróleo. Compreendendo que isso não é bom nem para as pessoas e nem para o globo, a organização de movimentos de base quer chegar ao fechamento das operações da Nestlé e ao desenvolvimento de uma cultura que impeça todo e qualquer desvio de água dos Grandes Lagos no futuro.

Organizando-nos em torno do princípio que a água deve permanecer no domínio das pessoas comuns, nós também reconhecemos que a OMC, a NAFTA e a futura ALCA definem a água como uma commodity, tornando-a vulnerável à exploração e ao mercado, sem considerar impactos sociais e ambientais.

Desde maio de 2002, a planta da Ice Mountain vem bombeando 200-400 galões de água por minuto, com lucros em potencial na marca de US\$1.8 milhões por dia. Essa água é oriunda de um enorme aquífero subterrâneo, hidrologicamente ligado ao Lago Michigan. Antes da implantação, uma funcionária do departamento responsável pela qualidade do meio ambiente (MDEQ) recebeu um pedido de autorização para que fossem instalados 4 poços. Ela fez um memorando dizendo que não poderia conscientemente fornecer essa autorização sabendo que um aquífero do tamanho deste no qual a Nestlé queria mexer poderia satisfazer as necessidades básicas de dezenas de milhares de pessoas em caso de alguma emergência. Michigan carece atualmente de adequadas leis e mecanismos de força para lidar com casos de mau uso e abuso da água.

A funcionária da MDEQ foi apenas uma entre muitos que se deram conta que, dar sinal verde ao plano da Nestlé, poderia colocar a saúde pública em risco. Ela foi pressionada a se demitir e a Nestlé recebeu a permissão assinada por um superior da funcionária.

Pagando uma taxa administrativa de US\$85, a empresa recebeu "autorização" para abrir poços, construir um aqueduto e uma fábrica com aproximadamente 120.000m², empregando trabalhadores não sindicalizados de fora do Estado. Do lado de dentro da fortaleza, a água é tratada com biocidas e engarrafada para o varejo a preços que excedem os preços atuais do petróleo. Sessenta e cinco

Fatos mais do que Ficção: Por que preferir água de torneira a água em garrafa?

Água em garrafa é para os ricos

Água em garrafa não é necessariamente mais saudável ou mais limpa do que água de torneira, mas assim mesmo ela custa 10 mil vezes mais caro. Água em garrafa é uma opção apenas para aqueles que podem comprá-la. Os ricos geralmente compram água em garrafas enquanto ignoram as condições precárias dos sistemas públicos de água, e deixam os menos privilegiados lidarem com os problemas relacionados à fonte da água deles.

Água em garrafas não é mais saudável

Aproximadamente um terço das marcas de água em garrafa que foram recentemente testadas pelo Conselho de Defesa dos Recursos Naturais (NRDC) violavam, em pelo menos uma das amostras, um dos padrões vigentes ou valores relativos à pureza microbiológica.

A água em garrafa apresenta rótulos enganosos

Aproximadamente 25% da água engarrafada não é nada mais do que água de torneira. A lei permite que os fabricantes denominem seu produto de "água da fonte", mesmo que ela tenha sido quimicamente tratada. Em um dos casos testados pela NRDC, a água proveniente de um estacionamento industrial, localizado próximo a um depósito de

lixo contaminado, era vendida como "água da fonte" com a pureza da origem.

O engarrafamento de água prejudica o meio ambiente

A indústria de engarrafamento de água lucra com a venda deste recurso simples às custas do meio ambiente. O bombeamento pode secar as fontes, destruir habitats devastar ecossistemas e drenar aquíferos. Além disso, centenas de milhares de toneladas de garrafas plásticas de água, não recicladas, estão jogadas em aterros sanitários em todo o mundo. Menos de 5% das 18 milhões de toneladas de plástico produzido anualmente são na verdade reciclados. O plástico é hoje o setor que mais rapidamente cresce em termos de resíduos, correspondendo a mais do que 25% do volume do material enviado para os lixões a cada ano.

Quais são as principais empresas de engarrafamento de água?

O Grupo Perrier, de propriedade da Nestlé, é duas vezes maior do que a segunda maior empresa nessa área. A Nestlé possui aproximadamente 30% do mercado de água engarrafada. A Danone controla 15% do mercado, seguida pela Pepsi e a Coca-Cola. A indústria de engarrafamento de água vale atualmente US\$22 bilhões, e alguns experts estimam um crescimento potencial de 30% ao ano.

por cento da água deixa a bacia dos Grandes Lagos em caminhões enormes; quase toda ela deixa o aquífero para nunca mais voltar. Pondo ainda mais sal na ferida, a Nestlé recebeu isenção de impostos de mais de US\$9,5 milhões para um período de 10 anos.



Cidadãos de Michigan protestam contra a Planta de Engarrafamento de Água da Nestlé/Perrier. Foto de Eartha Melzer/Sweetwater Alliance

Sweetwater Alliance teve origem na consciência de que o processo jurídico instaurado em nome da Michigan Citizens for Water Conservation levaria um longo tempo e era necessário fazer alguma coisa enquanto isto em relação à "Ice Mountain."

Em março de 2002, um grupo de manifestantes, muitos dos quais alunos ou pessoas ligadas ao movimento anti-globalização, se encontraram e começaram a traçar planos para confrontar o problema através de ação direta. Não tínhamos nenhum patrocínio, mas tínhamos uma visão para um futuro de água sem ganância. Entre nós havia ativistas da mídia independente, artistas, filósofos, delegados de polícia, crianças e ativistas com experiência internacional. A Sweetwater desde então já formou pessoas "locais" por todo o Estado, envolvidas em piquetes, teatro de rua, marchas, colocação de faixas e um boicote por todo o Estado de todos os produtos Nestlé, mas especialmente da água Ice Mountain. Por duas vezes os ativistas da Sweetwater e seus aliados interditaram a própria planta de engarrafamento da água, interrompendo os negócios durante o horário nobre.

A educação popular é um outro componente importante da luta, e por enquanto envolve discursos em palanques, a criação e distribuição de nossa própria literatura e artigos em jornais, bem como a produção de um documentário para a tv a cabo e para utilização em palestras. Em julho de 2002, a corrida de bicicleta Tsunami viajou 300 milhas por pequenas cidades onde os simpatizantes da Sweetwater aplaudiam, gritavam e cantavam atacando a "Heist Water" para mobilizar a resistência: Quebre o gelo, liberte a água (Break the ice, Free the water).

Os residentes locais têm tido pouco espaço para participarem das decisões sobre o caso, exceto algumas audiências públicas acaloradas que deram a ilusão que os burocratas estavam prestando atenção na sua argumentação. Desde então, a MDEQ acabou com essas reuniões completamente, anunciando que a questão do engarrafamento de água é uma questão de democracia - ou da falta dela. A pergunta é, o que precisamos para tê-la de volta?

Um recente plebiscito mostrou que dois entre cada três votantes no município em questão se opõe ao esquema do engarrafamento. Entretanto, um oficial que servia interinamente jogou fora o resultado por uma questão técnica. Só podemos fazer especulações sobre que tipos de acordo foram feitos por trás de portas fechadas que permitiram que a unidade da Ice Mountain fosse construída e começasse a produzir antes que a corte decidisse sobre a legalidade do plano.

Cientes que nossa luta é reforçada por ligações com outros movimentos, três ativistas da Sweetwater viajaram recentemente para a África do Sul para aprender com aqueles que lutam contra medidores de alta tecnologia para água em alguns dos povoados mais pobres da terra. O que a revista Fortune chama de "a riqueza das nações" está rapidamente se tornando a vergonha das nações, na medida em que todos os dias pessoas morrem por causa da falta de água limpa uma vez que não podem pagar por ela.

Hoje em dia tudo vem com uma etiqueta de preço, deixando o mercado escolher quem tem acesso à água e, com efeito letal, quem não tem. Inspirados nos bolivianos que chutaram a Bechtel para fora de Cochabamba, nós dizemos "Fechem a Ice Mountain! (e todas as outras) Água para a vida, não para lucro!"

Para maiores informações visite www.waterissweet.org e/ou faça contato com verona@waterissweet.org

Fique Ligado - GRÁTIS!

Assine

Defenda o Bem Comum Global

Grupo Internacional de Trabalho pela Água

c/o Public Citizen

215 Pennsylvania Avenue, S.E.

Washington, D.C. 20003

Tel +1.202.546.4996

e-mail cmep@citizen.org

Declaração do Fórum Social do Uruguai



A água é um elemento da natureza que desempenha um papel vital na inter-relação de cada um dos ecossistemas da Terra, na inter-relação de todos os seres vivos e em cada ser vivo individualmente. É um elemento essencial à vida. É um recurso natural finito que constitui um fator importante de produção em economia, biologia, física, química e o meio ambiente - em termos sociais, culturais e políticos.

A água é um elemento indispensável na manutenção e na reprodução da vida. Ela deveria ser de domínio público. O acesso à água potável constitui um direito fundamental do homem, enquanto que a falta de acesso representa um assalto à própria vida. Saneamento deve ser visto como um processo através do qual a sociedade reintegra águas servidas ao ambiente natural de sorte que fique assegurada a reprodução da vida no ecossistema e dos seres humanos. O acesso ao saneamento constitui um direito fundamental do homem, enquanto que um gerenciamento precário desse processo representa uma agressão à própria vida.

O gerenciamento sustentável da água e a preservação do ciclo hídrico são temas de grande interesse, uma vez que estão diretamente ligados à preservação da vida; o valor desses serviços ambientais está em que eles dão vida às gerações presentes e futuras. O gerenciamento da água é um dos principais fatores que temos para nos ajudar no redirecionamento rumo a modelos de desenvolvimento sustentável. Ele é uma alavanca ou um trampolim que pode ajudar a humanidade a fazer uma transição para o desenvolvimento sustentável.

Na estrutura neo-liberal, porém, os recursos hídricos são vistos sob uma perspectiva diferente: água é um bem de consumo, uma mercadoria escassa, e a riqueza ambicionada para que empresas e monopólios transnacionais consigam altas margens de lucro. A fim de obter altas margens de lucro, as práticas administrativas dessas empresas causam degradação ambiental, reduzida qualidade da água e a exclusão dos setores sociais que não podem pagar pela água tratada. Na América Latina, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento estimulam essa percepção e condicionam os empréstimos aos governos nacionais à privatização da água, gerando situações de

emergência nacional (Cochabamba, Bolívia; Cuenca del Bio Bio, Chile; Maldonado, Uruguay, etc.).

No Uruguai, a irresponsabilidade do governo fez com que ele organizasse um leilão público das águas de superfície e dos depósitos minerais do país, incluindo o lençol freático, entre outras coisas. Resumindo, isso significa a privatização das reservas de água potável e do saneamento, bem como dos nossos recursos hídricos. Isto resulta em uma perda das liberdades do povo uruguaio que vão desde o gerenciamento dos recursos hídricos até a preservação da vida e a soberania nacional.

Em função deste direcionamento para a privatização, a estrutura normativa legal no Uruguai coloca o país em uma situação frágil face às pressões de corporações interessadas em se apossarem dos recursos hídricos e aumentarem seus lucros. A fraqueza que existe se deve principalmente à falta de uma política para a água no Uruguai, a falta de uma política de administração integrada dos recursos hídricos.

Como resultado da discussão geral sobre a situação dos recursos hídricos no Uruguai e na região, e devido à extensão da irresponsabilidade e do poder decisório não compartilhado (conforme defende a equipe do governo), e considerando a importância que a participação dos consumidores e da sociedade civil tem no planejamento, no gerenciamento e no controle dos recursos hídricos para que se construa um país produtivo, unido e sustentável, o Fórum Social do Uruguai, reunido de 15 a 17 de novembro de 2002, apoia a proposta de Reforma da Constituição da República, preparada pela Comissão Nacional em Defesa da Água e da Vida, a qual declara:

- A importância da água como recurso natural essencial à vida.
- A importância de fazer com que todos os cidadãos possam decidir em conjunto sobre o futuro do gerenciamento dos recursos hídricos do país.
- O valor de "Serviços de saneamento e serviço público de abastecimento de água para consumo humano serão oferecidos exclusiva e diretamente por funcionários do Estado."
- A necessidade de acabar com a prática governamental de adotar medidas irresponsáveis que afetam com gravidade o presente e o futuro do país.
- A necessidade de desencorajar corporações transnacionais que buscam lucro fácil no Uruguai.
- As práticas pró-ativas dos cidadãos implicam uma nova forma de ação política que vai construir um sistema democrático mais forte e transformar os princípios de sustentabilidade.

Para maiores informações faça contato com selvaortizb@yahoo.es

Solidariedade internacional fortalece a luta

por Sabrina Souza, Brasil and Tom Kruse, CEDLA

Em muitos campos diferentes, a batalha para manter a água em mãos públicas continua na Bolívia. A luta recebeu "nova munição" a partir de um encontro, no dia 25 de novembro de 2002. Militantes da água de diferentes países participaram do Seminário Internacional de Apoio à Semapa (a empresa pública de águas de Cochabamba). Durante três dias, os gerentes da Semapa apresentaram seus projetos futuros para Cochabamba e os convidados estrangeiros discutiram questões sobre a água no Brasil, no Canadá e no México com representantes de usuários, membros da direção da Semapa e outros especialistas.

Um ponto importante reiterado no encontro é que não existe um modelo único de gestão da água pronto para ser aplicado em qualquer país do mundo como o Banco Mundial tenta impor com as parcerias público-privadas. Lidar com serviços públicos essenciais significa respeitar as diferenças e diversidades das realidades locais. Neste sentido, talvez as contribuições mais importantes surgidas neste encontro na Bolívia foram sugestões para a construção democrática de um novo modelo de gestão participativa para a Semapa, com idéias e sugestões baseadas nos participantes do seminário.

Acima de tudo, as idéias levam em consideração os homens e mulheres que protestaram nas ruas, bloquearam os acessos da cidade e lutaram por seus direitos - muitos destes, vindos dos bairros do sul e das partes mais pobres da cidade, ainda não têm acesso à água potável em Cochabamba. Este é um importante aspecto da luta social hoje. O serviço público resgatado pelos cidadãos deve prover-lhes os seus direitos essenciais.

Algumas das mais importantes sugestões foram:

Participação social: deve ser um princípio norteador para uma empresa pública em todos os níveis. Esta idéia inclui todas as relações, dentro e fora da Semapa. Considerando a água um direito humano comum, cidadãos, usuários, trabalhadores, técnicos e gerentes estão todos interligados em uma realidade mais ampla, que requer trabalho em cooperação e diálogo para conhecer os problemas e necessidades e encontrar possíveis soluções. A empresa pública deve abrir esses espaços participativos e sempre levar em conta a inteligência, a criatividade e o conhecimento da população.

Organização e estrutura interna: trabalhadores de todos os níveis devem ser tratados como pessoas centrais para o desenvolvimento da Semapa. Seu aperfeiçoamento por meio de cursos, treinamentos, encontros, etc, são estratégias-chave para um bom trabalho e para relações saudáveis.

Aspectos econômico e financeiro: são vitais no setor público. Os recursos dos investimentos podem ser encontrados no próprio setor local, enquanto os subsídios cruzados são ferramentas importantes para a distribuição de renda. Ao planejar a estrutura tarifária, seus custos e a divisão das categorias de usuários, a justiça social deve ser um princípio relevante. "Quem usa mais, paga mais", é o princípio governante sugerido.

Educação ambiental e ecológica: parte do conceito do direito humano à água e à natureza. Ao mesmo tempo, todos os seres humanos devem assumir o seu papel de preservar o ambiente para as futuras gerações. A proteção das bacias hidrográficas e o seu manejo integrado são conceitos essenciais.

Aspectos técnicos: a compreensão e o conhecimento de temas práticos como controle de perdas de água, medição de consumo, mapeamento de sistemas e as técnicas para aumentar as conexões de água são pontos ainda deficientes, mas fundamentais para a melhoria dos serviços.

Estes temas, priorizados para as ações futuras, são apenas alguns dos tópicos que devem ser mais discutidos. No encontro, também surgiu a proposta de continuar as discussões e buscar soluções por meio de dois grupos de apoio: um local, com encontros periódicos; e outro internacional, com especialistas capazes de dar assistência. Suas tarefas serão contribuir com as discussões sobre o novo modelo público e acompanhar os passos da Semapa, garantindo que a empresa seja mantida nas mãos do povo.

Uma iniciativa de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento é uma das preocupações centrais dos líderes comunitários que compõem a direção da Semapa: normalmente estas instituições impõem diversas condições para o empréstimo. Neste caso, a Semapa tem que seguir um programa dividido em duas partes. A preocupação é que a primeira parte do programa não inclua investimentos imediatos para solucionar as deficiências e melhorar o acesso à água nas áreas mais carentes. Além disso, o projeto inclui a reorganização dos serviços da Semapa em formas que não foram discutidas com as comunidades locais, muitas das quais administram seus próprios sistemas de água alternativos.

O processo continua. O povo de Cochabamba está de olhos bem abertos para os novos desenvolvimentos, enquanto exige ativamente seus direitos dentro e através da companhia de água. E agora a comunidade internacional está se unindo para apoiar esta luta.

Para mais informações, visite www.democracyctr.org

Intensifica-se a Repressão do Governo da África do Sul

por Dale T. McKinley

Fórum da Anti-Privatização

O ano 2002 vai ficar na história da África do Sul como o ano em que o governo da ANC se coloca como mais um na lista dos governos anti-povo, autoritário e neoliberal. Suas ações arrogantes e repressivas contra os novos movimentos sociais e políticos que vêm surgindo na

África do Sul transformaram em deboche as alegações do partido da ANC de que representa as aspirações do povo da África do Sul, sem falar nas alegações de ser a maior força democrática do continente africano e do hemisfério sul.

A "primeira" prova disso foi a prisão totalmente injustificável de 87 membros do Fórum Anti-Privatização (FAP) em abril, os quais protestavam pacificamente do lado de fora da casa do prefeito de Johannesburg, da ANC, Amos Masondo. A acusação foi a de levantar vozes contra os cortes de água e eletricidade como resultado dos programas de privatização do governo da ANC. Estes manifestantes ainda enfrentam sérias acusações depois que seu julgamento foi adiado 6 vezes. A decisão está atualmente prevista para 22 de janeiro de 2003.

Logo em seguida foram presos diversos membros do Movimento dos Sem Terra (MST) que estavam tentando chamar a atenção para a inexistência de redistribuição de terras desde que o governo da ANC assumiu o poder em 1994. Da mesma forma, uma greve contra a privatização durante 3 semanas resultou em violência policial contra os trabalhadores municipais. Ativistas do Fórum dos Cidadãos Comprometidos (FCC) foram surrados e presos pela polícia quando tentavam religar o abastecimento de água que tinha sido interrompido devido a aumentos substanciais resultantes da privatização. Da mesma forma, ativistas da Campanha Anti-Expulsão (CAE) começaram a ser molestados seriamente como resposta à sua luta em



Jornalista duramente detido por relatar protestos contra a privatização da água na África do Sul.
Foto de Maj Fiil-Flynn/Public Citizen

função de expulsão domiciliar por falta de pagamento das contas de água e eletricidade.

A repressão foi intensificada durante a reunião da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (W\$D) em agosto de 2002, enquanto numerosos ativistas e movimentos comunitários, políticos e sociais se reuniram sob a bandeira Indaba Movimentos Sociais (IMS) para em conjunto exporem a falência das políticas de privatização corporativa do W\$D e do governo da ANC. Durante a W\$D, mais de 150 manifestantes foram presos por atividades de protesto. A brutalidade do governo ficou bem exemplificada com a prisão de 93 membros da FAP. Os manifestantes foram colocados na Prisão Central de Johannesburg por mais de 3 semanas sem qualquer acusação formal, e tiveram que enfrentar gás lacrimogêneo, agressões, preconceito racial enquanto seus direitos básicos eram negados.

A marcha à luz de velas da IMS, apoiando liberdade de expressão, foi atacada com granadas de atordoamento; outros membros do MST foram presos durante essa marcha pacífica, manifestantes do FAP foram presos do lado de fora de Johannesburg por estarem usando camisetas do seu movimento, e uma das alas da marcha foi violentamente interceptada com trincheiras, canhões de água, vaporização de pimenta e balas de borracha, o que resultou na hospitalização de diversos manifestantes.

Desde a W\$D, a repressão ainda não diminuiu. Manifestantes da CAE em Cape Town estão na mira pelas suas lutas sem fim por serviços básicos, como de água, e oposição à expulsão domiciliar. Também em Cape Town, forças governamentais prenderam 30 trabalhadores que estavam em greve legítima na Hidráulica Zandvliet, que foi privatizada e pertence à famosa multinacional Suez Lyonnaise. Manifestantes em vários centros urbanos ao redor de Johannesburg, como Thembalihle e Orange Farm, têm sido constantemente molestados e atacados por se oporem à privatização de serviços de água e eletricidade. Até o final de 2002, centenas de manifestantes sofreram sérias acusações em julgamentos que ainda não aconteceram.

Os cidadãos da África do Sul não vão abrir mão das liberdades pelas quais eles vêm lutando há tanto tempo em função da arrogância e do autoritarismo das novas elites. Todos os cidadãos progressistas, tanto na África do Sul como no resto do mundo, devem mostrar sua solidariedade com as lutas legítimas e democráticas por parte dos trabalhadores e das organizações sociais e políticas para que a África do Sul tenha serviços básicos.

Unidos, jamais seremos vencidos!

Para mais informações visite www.apf.org.za, www.citizen.org/cmep/water e/ou entre em contato com drdalet@metroweb.co.za.

A água dever unir e não excluir

por Dieter Wartchow, Presidente da Corsan 1999-2002
Sabrina Mello, Jornalista, Porto Alegre, Brazil

A água, como nossas populações nativas já disseram, é o sangue da nossa terra. É um presente abençoado, essencial para a vida no planeta. Assim, a água deveria ligar as pessoas e unir os seres humanos pelo mundo. A "Visão Global" sobre o acesso à água para o século 21 é sobre a necessidade de água em vez de tratá-la como um direito humano. Como muitas das nossas necessidades, a água está sendo submetida às regras do mercado. A fonte de nossas vidas está custando preços altos para as pessoas pobres. Está custando o preço necessário para gerar lucro àqueles que dominam o mercado. Cidadãos em muitos países estão sustentando o lucro privado. Como resultado, o acesso à água está excluindo pessoas e alimentando os contrastes sociais.

Mas nós precisamos acreditar que ainda podemos salvar nossa água, nossa terra e nossas vidas. Como uma empresa pública responsável pelo abastecimento de 6,5 milhões de pessoas no Rio Grande do Sul, o Estado mais ao sul do Brasil, a Corsan - entre 1999 e 2002 - empenhou-se em uma administração pública focada no direito à água como um assunto de saúde pública e qualidade de vida em nossas cidades. Nós dizemos que nossa parceria é entre público e público, porque somos uma empresa estatal trabalhando para os cidadãos. As tarifas que eles pagam são revertidas em investimentos públicos nos sistemas de água e esgoto para cada vez mais pessoas. A Corsan recuperou-se financeiramente e agora é uma empresa pública auto-sustentável. O subsídio cruzado é usado como ferramenta para distribuir um serviço público com justiça social. Um dos princípios fundamentais deste modelo de administração é o controle social sobre a água. Hoje, a Corsan tem 84 Conselhos de Cidadãos Usuários, que são fóruns de debate entre a empresa e a sociedade. Durante os últimos quatro anos, a Corsan construiu uma inovadora política de educação ambiental, participativa, com um programa específico e um departamento com funcionários dedicados ao assunto.

Na luta contra a privatização da água no Brasil - e em qual-



quer outro lugar - a Corsan participou de uma rede de diversas organizações mundialmente envolvidas no assunto. O Fórum Social Mundial, que acontece em Porto Alegre pela terceira vez em janeiro, é uma oportunidade especial para fortalecer estas conexões e reafirmar para o maior número de pessoas possível que não existe consenso sobre a "Visão Mundial sobre a Água", como as grandes corporações tentam afirmar. Existem muitas vezes pelo mundo se unindo para dizer não à privatização, não às regras do lucro acima dos direitos humanos. Essas vezes ficarão mais altas e mais fortes em Porto Alegre para dizer mais uma vez que outro mundo é possível - e necessário.

Desafiando o Fórum Mundial da Água

por Karl Flecker
Polaris Institute, Canadá

Tinha um vento frio soprando pelos campos de Kalkfontien - um município bem ao lado de Capetown, na África. Um grupo de manifestantes de Gana, do Canadá e dos Estados Unidos fecharam bem os casacos e se chegaram perto uns dos outros para ouvir o que os organizadores locais contavam sobre as lutas da comunidade por causa da água.

O vento cortante e a realidade fétida de centenas de malocas no topo de um morro que costumava ser um aterro sanitário contradizem as declarações do governo de que milhões dos seus cidadãos estão tendo acesso a serviços básicos como água potável.

Sidima Mbikwana, um antigo morador na comunidade, lembra que as casas fornecidas pelo regime apartheid eram tão mal construídas que a maior parte delas nem tinha encanamento. Nas poucas que tinham, havia um número substancial de vazamentos. Pouco mudou, do ponto de vista de Sidima.

Apesar do governo afirmar ter fornecido uma infraestrutura que garantisse abastecimento de água para mais de 10 milhões de pessoas desde o final do apartheid em 1994, foi comprovado por pesquisadores que esse mesmo número - 10 milhões de pessoas - se aplica às pessoas que tiveram seu abastecimento de água cortado por não conseguirem pagar suas contas.

Na África do Sul e em muitos outros lugares no mundo, água pelo dinheiro - e não água pela vida - tem se tornado uma trágica realidade. Em Cochabamba, na Bolívia, milhares de comunidades pobres e desprotegidas enfrentaram o exército em sinal de protesto contra o esquema de privatização da água que elevou as tarifas acima do

que muitos podem pagar.

Fazer da água um grande empreendimento comercial está se tornando fundamental para as maiores empresas de água do mundo. Em termos globais, água privatizada representa apenas 10% dos serviços de água no mundo - significa que há uma fatia substancial para aquisição no mercado.

Os Fóruns Mundiais da Água estão orquestrando maneiras de garantir esse mercado. Delegados dos governos, equipe do Banco Mundial, representantes das Nações Unidas, altos executivos das maiores empresas de abastecimento de água ou de serviços relacionados à água dominam essas reuniões. Pessoas como Sidima não são convidadas.

Em março de 2003 o 3º Fórum Mundial da Água vai acontecer em Kyoto, no Japão, reunindo os barões e os politíqueiros da água. Fóruns mundiais anteriores produziram declarações ousadas sobre a questão da água. Esses documentos destinam um espaço considerável para que as empresas particulares assumam um papel cada vez maior no abastecimento de água com fins lucrativos.

Não é surpresa que os processos retóricos envolvem principalmente elites políticas e institucionais juntamente com executivos sênior de gigantes dos serviços de água como Suez e Vivendi.

Os organizadores do Fórum reconhecem que encontros anteriores deram margem a muita conversa e que agora chegou o momento de um "fórum diferente". Dizem eles: "o 3º Fórum Mundial da Água não será uma plataforma para apresentar trabalhos técnicos, conceitos teóricos, ou para discutir projetos de pesquisa." Em vez disso, os organizadores insistem que é chegada a hora de participantes trocarem experiências e articularem ações que ajudem na causa dos problemas mundiais com a água."

Isso é exatamente o que alguns dos manifestantes que vão participar do Fórum estão se preparando para fazer. Desta vez as elites vão ouvir a voz das pessoas como Sidima, da África do Sul, a voz das comunidades que lutam contra a tomada do sistema de água na Bolívia.

Desta vez uma massa de manifestantes, cada vez maior e mais crítica, vai relatar furiosamente suas experiências de vida real sobre a cara que a água abastecida com fins lucrativos tem. Desta vez serão colocados às claras os números recordes que a empresa gigante vem conseguindo alcançar em projeto e construção de sistemas de abastecimento de água. Desta vez elites políticas e institucionais vão ouvir que ação política construtiva que pode resolver os desafios de abastecimento de água está em primeiro lugar e acima de tudo no compromisso com os direitos humanos, e não em lucros privados. Desta vez as lutas comunitárias precisam fazer uma diferença.

Sidima e as bilhões de pessoas sem água não têm outra opção.

Para maiores informações visite www.polarisinstitute.org e/ou faça contato com polarisinstitute@on.aibn.com

Manifestantes enfrentam os arquitetos do comércio 'livre'

por Timi Gerson

Public Citizen, Global Trade Watch

1º de novembro, 2002 - Quito, Equador, foi o cenário de um veemente protesto à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) - uma proposta para incluir 31 países no Acordo de Livre Comércio dos Estados Unidos (NAFTA) que envolve o Canadá, os Estados Unidos e o México - bem como uma reafirmação do nosso compromisso com a idéia de que "Uma Outra América é Possível!" Pessoas vindas de todos os lugares das Américas, juntamente com aliados internacionais de locais distantes como Tailândia e Genebra, chegaram em Quito no final de outubro para uma série de fóruns, protestos e eventos culturais de oposição às políticas neoliberais de 'livre' comércio e de implantação de um movimento de integração e desenvolvimento regional verdadeiramente incluyente, diversificado e centrado nas pessoas.

O 7º Encontro Ministerial da ALCA, que reuniu Ministros do Comércio de 34 países do continente (todas as nações com exceção de Cuba) visava dar um impulso à agenda corporativa de globalização nas Américas. Os próprios Ministros, entretanto, não conseguiram chegar a um consenso sobre temas chave das negociações: os governos de esquerda da Venezuela e do Brasil tentavam adiar os prazos das negociações enquanto que outros governos latino-americanos, tradicionalmente aliados dos EUA, estavam aborrecidos devido ao recente aumento dos subsídios agrícolas aprovado pelo Congresso americano há alguns meses atrás. O esboço do texto que a ALCA divulgou depois da reunião carece de informações cruciais que identificassem quais propostas estavam sendo feitas por quais países, ao mesmo tempo em que está inundado de partes em parênteses, o que denota a profundidade dos desacordos entre os negociadores. Na verdade, enquanto o Conselho de Representantes do Comércio dos Estados Unidos (CRCEU) afirma que a reunião foi um grande sucesso, o fato é que muitas das assim chamadas "conquistas" se relacionam a questões que tinham sido decididas antes da reunião (por exemplo, um dos sucessos reivindicados pelo CRCEU se refere ao fato da presidência da ALCA ter passado do México para uma presidência conjunta Estados Unidos - Brasil, mas isso foi acordado há cinco anos atrás!)

Além das disputas internas, os ministros tiveram que encarar uma prova indiscutível da resistência amplamente difundida às políticas neoliberais na região. Depois

que os manifestantes enfrentaram gás lacrimogêneo, balas de borracha e jatos de água do lado de fora do elegante Marriott Hotel onde os negociadores estavam reunidos a portas fechadas, um pelotão da polícia equatoriana se rebelou contra as ordens do seu próprio governo e se aliou aos líderes locais, os camponeses, os estudantes, os sindicalistas, os ambientalistas, os grupos de mulheres e outros, a fim de exigirem que os ministros dos 34 países recebessem uma delegação daqueles que protestavam. Após prolongadas negociações entre os manifestantes, o governo do Equador e a polícia, os ministros foram forçados a concordar com o que a manifestação popular no parque El Arbolito exigia e receberam da delegação de 65 representantes a Declaração de Quito dos Povos das Américas. Dessa representação faziam parte os líderes máximos dos mais importantes movimentos sociais: a Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), o Movimento dos Sem Terra do Brasil (MST), a Via Campesina e a Confederação Latino-americana dos Movimentos Rurais (CLOC), bem como representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs) de diferentes países, como Focus on the Global South e FoodFirst.

Seguiu-se um encontro histórico que dificilmente será esquecido por esses ministros. O americano Peter Rosselt, da FoodFirst, começou repreendendo o Ministro do Comércio dos EUA, Robert Zoellick, na frente dos seus colegas e das câmaras de televisão do Equador, dizendo: "Estou envergonhado com a maneira pela qual o senhor e a Administração Bush estão tentando forçar os governos da América Latina a assinar um acordo de comércio que vai resultar só em pobreza e miséria para eles, e vai trazer o mesmo para os americanos." Mr Zoellick ficou horrorizado. Para piorar a situação, parlamentares de onze diferentes países da América Latina passaram a ler uma declaração que eles tinham escrito em protesto à natureza secreta e anti-democrática das negociações da própria ALCA, que incluíam a privatização de serviços públicos essenciais como a água e o direito outorgado a corporações de processarem os países para obterem compensação financeira quando leis de interesse público interferem nas margens de lucro e promovem "corrida ao fundo do poço" em termos de emprego e padrões ambientais em todo o mundo. Os parlamentares exigiam que seus governos rejeitassem a ALCA e "chamassem imediatamente de volta os seus negociadores". O presidente da CONIAE continuou, explicando aos ministros que embora "vocês não possam entender como os pobres vivem nas Américas, uma vez que vocês nasceram em berços de ouro, a ALCA significaria morte aos povos nativos daqui." Por último, a líder dos agricultores da Nicarágua, Maria Elena Siquiera, leu a Declaração dos Povos, afirmando que isso não era "uma consulta ou diálogo", mas sim uma declaração de oposição implacável à ALCA: Sim à vida! Não à ALCA! Uma outra América é possível!

Um nítido efeito pós-Quito é que existe internacionalmente um clima de grande mudança nessas políticas, as quais o presidente eleito do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, chama de exemplos de "anexação, não integração". Os proponentes da ALCA que fazem parte do governo ou do setor corporativo não podem mais justificar o sistema de comércio gerenciado por empresas, e a pressão para privatizar serviços essenciais, como sendo para "melhor atender os interesses" do mundo em desenvolvimento. A América Latina e o Caribe proclamaram de forma alta e clara sua rejeição ao comércio "livre" ou a qualquer manifestação do fracassado modelo neoliberal que já empobreciu nações e criou instabilidade doméstica. Provavelmente devido à crescente rejeição à globalização corporativa na América do Sul, ficou decidido que a próxima reunião da ALCA, programada para o outono de 2003, ocorrerá no solo "seguro" de Miami - e não é uma coincidência que foi lá mesmo que iniciou todo este projeto em 1994, como parte da festa comemorativa pós NAFTA organizada pelo então presidente norte-americano, Bill Clinton. É agora uma responsabilidade exclusiva dos norte-americanos trazer essa maciça resistência que a ALCA encontrou na América do Sul de volta para casa na América do Norte.

Para maiores informações visite o site www.tradewatch.org/ftaa e/ou faça contato com tgerson@citizen.org.

Ataques da Bechtel contra a Bolívia

por Tom Kruse

Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario (CEDLA)

A população de Cochabamba, Bolívia, fez retroceder a privatização dos serviços de água no seu vale e na sua cidade em Abril de 2000, cancelando um suculento contrato com a Empresa Bechtel de San Francisco, nos Estados Unidos. Foi um caso clássico: um contrato com base em plena recuperação de custos, conforme exige o Banco Mundial; ultrajantes aumentos



Manifestantes colocam uma torneira no logotipo da empresa a fim de ilustrar a ilegalidade das suas reivindicações. Foto de Jeremy Bigwood.

de tarifas que logravam os pobres, garantiam 16% de lucros durante 40 anos, incluíam expropriações reais de enormes sistemas hídricos e permitia que a legislação protegesse estes lucros e estas expropriações. Foi tudo organizado por trás das costas do povo - o mesmo povo que disse Basta! em abril de 2000, retomou a água e re-escreveu a legislação.

Em dezembro de 2001 a Bechtel contra-atacou, processando o governo boliviano em \$25 milhões (embora poderia ter sido em até \$100 milhões) pela "expropriação do investimento" da empresa. A Bechtel baseia sua causa em um Tratado Bilateral de Investimento (TBI) firmado entre a Holanda e a Bolívia para proteção e armas para investidores exatamente como aqueles no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), esse mesmo que serve de modelo para a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Essas "salvaguardas para os investidores" quase nunca são discutidas ou até mesmo compreendidas pelas legislaturas - elas perigosamente definem os investimentos de modo a incluir praticamente tudo (ações, títulos, concessões, propriedade tangível e intangível, etc). Assim, elas dão enormes poderes às empresas e armas para impor esse poder: a permissão de processar os governos que não lhes dão o que querem. Essas salvaguardas resumem a lógica da globalização dominada pelas grandes multinacionais: salvaguardas para as empresas, às custas das comunidades, dos consumidores, dos trabalhadores e do meio ambiente.

O caso está sendo "ouvido em corte secreta" (conforme denominou o New York Times) no Banco Mundial, chamada de Centro para o Acerto de Disputas de Investimentos, ou ICSID. Nessa corte secreta há três juízes que trabalham em quase absoluto segredo: um contratado pela Bechtel, um pelo governo da Bolívia e o último pelo Banco Mundial. Os juízes têm grande força para permanecerem discretos na forma com que estão lidando com o processo, e as decisões são definitivas.

Mas os Bolivianos e os defensores das águas em todo o mundo estão contra-atacando:

- Na Bolívia, os grupos em defesa da água, como a Federação dos Sindicatos de Irrigadores, estão usando o Congresso para exigir que o governo da Bolívia se retire da

comissão secreta, argumentando que o processo viola a constituição do país (ver www.aguabolivia.org para mais informações).

- Na Bolívia, na Califórnia, em Washington e na Holanda, manifestantes e advogados prepararam uma petição legal que procura quebrar a porta da corte secreta. Preparada coletivamente e apresentada por EarthJustice, pelo Institute for Policy Studies, pelo Center for International Environmental Law, pelo Friends of the Earth e o Democracy Center, a petição exige que o véu de sigilo seja levantado, e que as pessoas possam se sentar à mesa (ver www.democracctr.org para obter mais informações, ler a petição e ver o que cada um pode fazer).

- Em 1º de julho de 2002, a Diretoria de Supervisores da San Francisco aprovou em uma votação 7-2 (e 2 abstenções) uma poderosa resolução, liderada pela Public Citizen, que dá à Bechtel a perda da causa contra a Bolívia, e exige o afastamento da empresa.

- Em 7 de março de 2002 e novamente em 5 de setembro do mesmo ano, manifestantes em Amsterdam organizaram uma marcha e um piquete na frente dos escritórios da ING Trust, onde a Bechtel tem um escritório "virtual" que permite que a Bolívia seja processada através da Holland Bolivia BTI (ver www.noticias.nl/tunari/).

- Em 28 de outubro de 2002, manifestantes em San Francisco se acorrentaram dentro da sede da Bechtel, exigindo que a companhia abandonasse o processo (ver www.indybay.org/news/2002/10/1539900.php).

Recentemente o governo boliviano tomou o que pode ser o seu primeiro passo sensato no sentido de questionar a jurisdição da corte secreta. Foram registradas queixas contra o Superintendente dos Serviços de Água que aprovou a mudança de endereço da Bechtel das Ilhas Cayman para a Holanda. Se essa mudança é ilegal, a BTI não se aplica e a Bechtel terá que encontrar outra arma e outra corte secreta para usar contra a Bolívia.

Fique ligado - a luta continua!

Para maiores informações visite:

www.citizen.org/cmep/water e/ou faça contato com tkruse@albatros.cnb.net.

Controlando a torneira: as principais companhias globais da água

As duas maiores companhias de água no mundo pertencem à multinacional francesa Vivendi e ao conglomerado energético alemão RWE. Classificados em 51º e 53º lugar, respectivamente, na lista da Revista Fortune que indica os 500 maiores do mundo, estes dois gigantes participam com aproximadamente 40% do mercado da água existente. Segue-se a empresa francesa Suez, colocada em 99º lugar na lista mencionada. Essas multinacionais estão agora ganhando uma posição segura nos Estados Unidos, onde operam através de uma série de empresas subsidiárias. A Suez opera em 130 países, e a Vivendi em mais de 100; o rendimento anual das duas em conjunto chega a mais de US\$70 bilhões (incluindo US\$19 bilhões por serviços de água e esgoto). O rendimento da RWE é atualmente de mais de US\$50 bilhões (incluindo energia), após

adquirir a gigante britânica de água, Thames Water. Depois de efetuada a compra da American Water Works, a RWE terá o controle sobre a maior empresa de serviços privados de água dos Estados Unidos. Isso aumenta o seu número de clientes de 43 milhões para 56 milhões de usuários. Outras importantes corporações incluem a Bouygues/Saur, U.S. Water, Severn Trent, Anglian Water, e a Kelda Group.

Cuidado com esses nomes! Se qualquer uma dessas companhias estiver em ação na sua região, por favor nos informem. Mandem um e-mail para cmep@citizen.org e nós os ajudaremos a descobrir o que eles estão fazendo, onde eles estão atuando e como vocês podem impedi-los. Maiores detalhes sobre o perfil dessas companhias estão no site www.citizen.org/cmep/water.

Acampamento Reúne Ativistas em Squamish

por Juliette Beck

Campanha da Água para Todos, Public Citizen

Acomodados no fundo das florestas verdejantes e temperadas do território Squamish no Canadá, mais de 50 ativistas e líderes aborígenes da Colúmbia Britânica, de Ontário e dos Estados Unidos se reuniram no final de novembro passado para promover um esforço coletivo pela proteção das vertentes do noroeste da América do Norte, junto ao Pacífico. Depois de uma prolongada seca, a primeira tempestade do inverno recém tinha acontecido fazendo com que os regatos daquela região corresse novamente, justo no momento da piracema do salmão *Oncorhynchus nerka*. O meio ambiente tranqüilo e fecundo nos ajudou a abrir os corações e o espírito, bem como nossas mentes, para a tarefa de organizar um movimento visando evitar que a nossa herança comum de água seja vendida, exaurida, degradada, engarrafada e poluída.

A antiga representante da ilha costeira de Vancouver, Linda Bristol, proferiu a fala de abertura do acampamento ativista - o primeiro na Colúmbia Britânica - com a seguinte mensagem: "Nós não herdamos esta terra dos nossos antepassados; nós a tomamos emprestada de nossos netos. A água é nosso transporte, nossa fonte de alimentos, ela dá vida às árvores, às frutas, aos peixes do mar, ao salmão. Ela não está à venda; ela não é propriedade de ninguém."

Infelizmente, este posicionamento está sendo minado por diversos interesses lucrativos. O governo da província da Colúmbia Britânica (British Columbia - BC) liderado por especuladores interessados em vender terras públicas e recursos naturais está disposto a arquitetar novos esquemas de exploração de água para obter lucros e pode chegar a reverter a proibição de exportar grandes quantidades de água. A empresa Sun-Belt, sediada em Santa Bárbara, Califórnia, já entrou com uma contestação junto à NAFTA, no valor de US\$10 bilhões, contra a proibição da BC. Na norte da Califórnia, o especulador de água do Alasca, Ric Davidge, entrou com um pedido para vender enormes sacos de plástico cheios de água dos rios Gualala e Albion. Perto dali, a nação aborígine St'at'imc está lutando contra um projeto para a construção de uma estação de esqui gigante para os Jogos Olímpicos Vancouver Whistler de 2010, na última vertente natural do seu território. Mais adiante, no interior da BC, os Secwepemc estão contestando a expansão do Sun Peaks Ski Resort de 5 mil para 24 mil acomodações pelo impacto devastador nas suas vertentes de água e nas práticas tradicionais na área. Eles querem boicotar a rede de hotéis Delta, em função da decisão dessa de investir apesar da oposição dos

Secwepemc.

Recebidos pelo Conselho dos Canadenses e a Vigilância da Água (Council of Canadians, WaterWatch-Vancouver), dois grupos que tinham ajudado a interromper esquemas de privatização da água em Vancouver e Kamloops, BC, e a Rede Indígena de Economias e Comércio (Indigenous Network on Economies and Trade - INET), o acampamento reuniu uma gama fantástica de ativistas comunitários e aborígenes, políticos, ambientalistas e cidadãos interessados. Ao longo de 5 anos, os participantes fizeram treinamento prático para protegerem e defenderem a água, em ação direta não-violenta, e participaram de workshops sobre privatização, mídia, democracia direta, leis e direitos aborígenes.

A organizadora do acampamento, Tara Scurr, do Conselho de Canadenses, disse: "Nós queríamos montar um espaço especial para conectar nossos problemas, adicionar novas habilidades e táticas aos instrumentos ativistas a fim de compartilharmos com nossas comunidades lá em casa, e desenvolver uma estratégia regional a longo prazo para proteger o bem comum da água local por todo o noroeste no Pacífico." Um pré-requisito crítico para construir esta rede era estabelecer uma base de confiança. Como Richard DeerTrack do Taos Pueblo e do grupo Cheyenne disse, "Precisamos respeitar as maneiras de cada um."

Os líderes aborígenes não trouxeram apenas uma forte conexão espiritual, mas também uma base legal sólida sobre a qual podiam construir. Diversos povos da First Nation venceram reivindicações legais que abriram precedentes na corte canadense quanto a terras ancestrais, ou para caça e colheita, da mesma forma que decisões da Corte Suprema Americana tinham sido tomadas. Governos de províncias vêm historicamente abrindo mão de direitos de terras que pertencem a aborígenes para investidores envolvidos com especulação imobiliária. Uma vez que as terras dos índios não foram compradas, as empresas que operam nas terras deles recebem um subsídio que contraria a lei de comércio internacional. Essa falta de compensação está agora sendo repensada pela Organização Mundial de Comércio (OMC) graças ao trabalho da Rede Indígena de Economia e Comércio (INET).

O mix multi-gerador de participantes também oportunizou uma troca rica e suave. Enquanto alguns dos participantes cresceram buscando água de riachos locais para uso doméstico, outros simplesmente desconheciam de onde vinha a água que usavam. Foi colocado um desafio para estruturar um movimento inclusivo de democracia da água com base na troca de experiências e idéias, não convencendo ou pressionando as pessoas a trabalharem porque estavam com medo. Isso queria dizer, ajudar as pessoas urbanas a se re-conectarem com suas fontes de água, bem como a apoiarem as reivindicações dos aborígenes com relação aos seus direitos. O chefe Garry John, que

trouxe sua jovem filha ao acampamento, mostrava otimismo com relação ao sucesso do trabalho: "O fato de mais e mais jovens estarem aceitando suas responsabilidades significa que há esperança."

O Conselho dos Canadenses e a Rede Indígena de Economia e Comércio (INET) estão desenvolvendo um guia e um vídeo para ajudar os ativistas em todos os Estados Unidos e no Canadá a organizarem um acampamento deste tipo na sua região.

Água para o povo da Nicarágua ou bons negócios para as corporações multinacionais?

por Clemente Martinez

Centro Humboldt

Cresce a ansiedade do povo da Nicarágua em relação ao processo de privatização da água. Desde que o governo desse país formulou a "Estratégia de Redução da Pobreza e de Renovação do Crescimento Econômico", em agosto de 2002, atendendo às demandas do FMI, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as assim chamadas reformas no setor público têm promovido a privatização de serviços públicos.

A fim de começar a atingir os objetivos, o BID exigiu que a Nicarágua prepare um contrato de cinco anos de operação e gerenciamento na privatização de companhias públicas de água, em Leon e Chinandega. O processo será implementado pela Empresa Nicaraguense de Acueductos y Alcantarillado Sanitarios (ENACAL) através de um processo internacional de licitação pela internet. Esse processo está andando pelas costas do povo nicaraguense.

Com base em experiências internacionais (como em Cochabamba, na Bolívia), entendemos que esta é a primeira fase da privatização, embora não se conheçam os termos propostos no

contrato. Nós denunciaremos esta falta de transparência e as intenções do governo, e estamos alertando a população da Nicarágua a respeito da proposta.

O Centro Humboldt levou essa informação à população, esclarecendo sobre o que está acontecendo e o que vai acontecer com nossa água, e também discutiu opiniões e propostas sobre o que fazer com nossa água e com a administração da ENACAL. Também expressamos nossa opinião sobre a privatização em reuniões, seminários, fóruns, painéis e programas de rádio, acompanhando mobilizações populares em cidades como Leon, Chinandega, Matagalpa, Jinotega, Esteli e Manágua.

Nós apoiamos e nos associamos à formação de várias frentes de luta e resistência, como a Rede em Defesa dos Consumidores; nós participamos da Coligação de Luta Social e Popular, a qual reúne organizações sociais, ambientais, trabalhistas e populares. É aqui que reunimos forças para expressar nossa total rejeição formando piquetes na frente da Assembléia Legislativa Nacional, exigindo que nossos deputados representantes aprovem a Lei de Suspensão de Concessões para o Uso da Água. Essa lei foi aprovada por unanimidade pelos 92 deputados a 22 de agosto de 2002. Isso suspende a privatização de água potável pela ENACAL até que a Assembléia Geral promova debates com um amplo setor da sociedade civil e aprove uma Lei Geral sobre a Água em consenso nacional; o sentido dessa lei é proteger os direitos dos pequenos agricultores, dos produtores de arroz, dos pescadores, da indústria, da comunidade indígena e da população em geral para que tenham água para consumo em suficiente quantidade e de boa qualidade.



Foto de Orin Langelle, Action for Social & Ecological Justice (ASEJ)

A Lei de Suspensão de Concessões para o Uso da Água foi vetada pelo presidente Bolaños. O desafio que a sociedade civil enfrenta será o de convencer os deputados em relação aos riscos, perigos e impacto social e ambiental sobre as populações vulneráveis e os recursos naturais, resultantes da privatização da água, de forma que o veto não seja aprovado. A fim de convencê-los a derrubar o veto, precisamos de uma mobilização maciça do povo da Nicarágua pressionando deputados e governantes para que nos ouçam dizendo **NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA.**

Como membros da Coligação da Luta Social e Popular, propomos uma maciça campanha de informação que promova debates em todos os níveis da sociedade e desenvolva a consciência da população sobre os objetivos e as estratégias das multinacionais da água que querem obter lucros através das áreas regionais e globais de livre comércio: o Plan Puebla Panama, a Área de Livre Comércio da América Central, bem como outros planos impulsionados por instituições financeiras internacionais e empresas multinacionais. Temos certeza de que as próximas guerras serão pelo controle sobre a água.

Para maiores informações, entre em contato com humboldt@ibw.com.ni e/ou sgrusky@citizen.org.

Fique Ligado - GRÁTIS!

Assine

Defenda o Bem Comum Global

Grupo Internacional de Trabalho pela Água
C/o Public Citizen
215 Pennsylvania Avenue, S.E.
Washington, D.C. 20003
Tel +1.202.546.4996
e-mail cmep@citizen.org

FMI Pisoteia Lei da Nicarágua

por Ruth Herrera Montoya

(Relato feito pela Rede Nacional pela Defesa aos Consumidores da Nicarágua quando da aprovação, no dia 4 de dezembro de 2002, de um novo empréstimo do FMI, em que uma das condições era a privatização das usinas hidrelétricas.)

Há dois anos, pressionado por instituições internacionais (FMI, Banco Mundial, BID), o governo da Nicarágua começou a traçar planos para privatizar suas usinas hidrelétricas (Empresa Hidrogesa - GEOSA) e a distribuição de água potável (ENACAL), começando pelos estados de Chinandega, Leon, Matagalpa e Jinotega, e continuando em Manágua.

Em vista da gritaria de protesto da população, a Assembléia Geral da Nicaragua aprovou uma lei (Lei 440) em setembro último, através da qual fica suspensa a privatização de água, o que acabou com os planos de venda da Hidrogesa e da ENACAL. Além disso, a Controladoria Geral da Nicarágua anulou a licitação da Hidrogesa por corrupção e irregularidades que estariam envolvidas no processo.

O Presidente Bolaños, da Nicarágua, quis vetar a Lei 440 da Assembléia Geral para dar sinal verde à venda das hidrelétricas. A fim de conservar a água, a qual representa vida, e apoiando a população da Nicarágua, este veto não deveria seguir adiante e deveria ser denunciado por sua cumplicidade

com os planos do FMI, do Banco Mundial e do BID que vão enterrar nosso país em mais pobreza ainda.

A pergunta é: em qual lei instituições como o FMI, o Banco Mundial e o BID se apoiam quando pisoteiam em cima das leis do nosso país para imporem a lei da selva, a lei dessas instituições, a lei do capitalismo selvagem? O nosso apelo é este, não privatizem a água ou as usinas hidrelétricas. O empréstimo do FMI sob condições de privatização deveria ser **DENUNCIADO ENFATICAMENTE** ao mundo para que todos conheçam os procedimentos que envolvem a "ajuda" que essas instituições oferecem ao terceiro mundo. Elas plantam as sementes de ventanias e depois não conseguem compreender de onde vêm os tornados. Na Nicarágua a proposta de privatizar a água e as hidrelétricas é um assunto muito sensível que naturalmente gera grande resistência. Instituições como o FMI dão um salto olímpico por cima das leis do nosso país, a Suprema Corte de Justiça, a Controladoria Geral, a Assembléia Geral e a Constituição, e a pergunta se impõe: o que essas instituições intronizadas estão dispostas a respeitar?

Para maiores informações visite www.nuevaradio.org/consumica e/ou faça contato com ideas@cablenet.com.ni.